

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP
Câmpus São Paulo

Letícia Braga Machado dos Santos

A prática docente de uma professora do curso de graduação em Direito: Afeto, ética e
compromisso social na relação professor-aluno

São Paulo
2017

Letícia Braga Machado dos Santos

A prática docente de uma professora do curso de graduação em Direito: Afeto, ética e compromisso social na relação professor-aluno

Volume único

Monografia para a obtenção do grau de especialista em Formação de Professores com ênfase no Ensino Superior apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, Câmpus São Paulo.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Amanda Cristina Teagno Lopes Marques

São Paulo

2017

Catálogo na fonte
Biblioteca Francisco Montojos - IFSP Campus São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237p	<p>Santos, Leticia Braga Machado dos</p> <p>A prática docente de uma professora do curso de graduação em direito: afeto, ética e compromisso social na relação professor-aluno / Leticia Braga Machado dos Santos. São Paulo: [s.n.], 2017.</p> <p>54 f.</p> <p>Orientador: Amanda Cristina Teagno Lopes Marques</p> <p>Monografia (Especialização em Formação de Professores com Ênfase no Ensino Superior) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP, 2017.</p> <p>1. Prática Docente. 2. Aula Universitária. 3. Inovação. 4. Curso de Graduação Em Direito. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo II. Título.</p>
-------	---

CDD 378

Letícia Braga Machado dos Santos

A prática docente de uma professora do curso de graduação em Direito: Afeto, ética e compromisso social na relação professor-aluno

Monografia para a obtenção do grau de especialista em Formação de Professores com ênfase no Ensino Superior apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, Câmpus São Paulo.

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof^a. Dra. Amanda Cristina Teagno Lopes Marques – Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Câmpus São Paulo

Prof^a. Dra. Alda Roberta Torres – Titular
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Câmpus São Paulo

Prof^a. Dra. Marli Amélia Lucas de Oliveira – Suplente
FAAT – Faculdades Atibaia

A Deus, por todas as bênçãos que me deu, pelos caminhos que me fez trilhar e pelo amor incondicional. Com Ele aprendi que todas as coisas são possíveis. A minha mãe, sempre incentivadora dos meus estudos e ao meu marido, que tanto me apoiou e me amparou ao longo desta especialização.

“[...] ensinar não pode ser um puro processo, como tanto tenho dito, de transferência de conhecimento do ensinante ao aprendiz. Transferência mecânica de que resulte a memorização maquinal que já critiquei. Ao estudo crítico corresponde um ensino igualmente crítico que demanda necessariamente uma forma crítica de compreender e de realizar a leitura da palavra e a leitura do contexto.”

Paulo Freire

RESUMO

Ensinar é abrir os horizontes dos alunos, emancipá-los, contribuir para o seu crescimento, ter compromisso ético com a qualidade e com o que se ensina. A universidade, muito mais que mera prestadora de serviços, como assim se coloca atualmente em muitos cenários, é o espaço em que o saber é difundido, em que a sociedade é retratada e discutida tal como se apresenta. Partindo dessa premissa, esta pesquisa teve o objetivo de identificar elementos que pudessem ser considerados inovadores na prática docente de uma professora do curso de graduação em Direito de uma universidade privada da cidade de São Paulo a fim de analisar se é possível romper com o caráter tradicional da aula neste curso. Para tanto, foi realizado um estudo de cunho etnográfico – cujos instrumentos de coleta de dados foram a observação em campo, o registro de apontamentos e a entrevista semi-estruturada – bem como a análise dos dados coletados a partir do estudo dos principais autores que têm discutido temáticas concernentes à universidade e à pedagogia no Brasil, como Almeida (2012), Chauí (2001), Franco (2008; 2016), Pimenta (2002; 2014), Rios (2011), Silva (2011) e Veiga (2001), dentre outros. A pesquisa, então, contribuiu para fomentar a discussão acerca dos elementos inovadores que podem ser utilizados pelos professores em sala de aula para que se assegure o alcance dos objetivos do curso de graduação em Direito enquanto formador de profissionais que deverão ser capazes de interpretar e valorar adequadamente os fenômenos jurídicos e sociais. A importância da formação pedagógica dos professores do ensino superior e a reflexão acerca da sua prática foram apontadas como fundamentais para que se assegure o rompimento com o caráter tradicional tão presente nas aulas deste curso.

Palavras-chave: Prática docente, aula universitária, inovação, curso de graduação em Direito.

ABSTRACT

Teach is open horizons of students, free us, contribute for your raise, has ethical comittent with quality and teaching. The University is more then service provider, like us actually a lot of scenary, is the space which the knowledge is mixed; who the society were view and discussed as introduce. Based on this premise, this research had the objective of identifying elements that could be considered innovative in the teaching practice of a teacher of the law degree course of a private university of the city of São Paulo in order to analyze if it is possible to break with the traditional character of the class in this course. To do so, an ethnographic study was carried out - data collection instruments were field observation, record keeping and semi-structured interview - as well as the analysis of the data collected from the study of the main authors who have discussed topics related to university and pedagogy in Brazil, such as Almeida (2012), Chauí (2001), Franco (2008;2016), Pimenta (2002; 2014), Rios (2011), Silva (2011) and Veiga (2001), for example. The research contribute to discussion about inovation's elements that can be used in the class to warranty the scope of the purpose of this course as a trainer of professionals who should be able to interpret and assess adequately legal and social phenomena. The importance of the pedagogical formation of teachers of higher education and the reflection about their practice were pointed out as fundamental to ensure the break with the traditional character so present in the classes of this course.

Keywords: Teacher's practice, university's class, inovation, Law graduation course.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A UNIVERSIDADE NO BRASIL: EVOLUÇÃO, INFLUÊNCIA DO MERCADO E A SUA FUNÇÃO SOCIAL	14
3	DOCÊNCIA NA UNIVERSIDADE E SUA RELAÇÃO COM A PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA.....	20
4	RETRATOS DO COTIDIANO DA PRÁTICA DOCENTE DE UMA PROFESSORA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO	26
4.1	A configuração do espaço da sala de aula e sua interação com a professora e os alunos.....	27
4.2	A constituição da prática docente da professora: um olhar para os temas, recursos e estratégias didáticas empregados na aula	29
4.3	A relação professor-aluno.....	33
4.4	Para além das observações.....	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
	APÊNDICE	48
	ANEXOS	50

INTRODUÇÃO

A pesquisa abordou a prática docente de uma professora do curso de graduação em Direito de uma Universidade privada da cidade de São Paulo a partir da perspectiva da função social do ensino, partindo da premissa de que a universidade é uma instituição social, que “realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUÍ, 2001, p.35), de tal sorte que não pode se limitar à transmissão do conhecimento, tampouco à habilitação rápida de profissionais que precisam ingressar no mercado de trabalho num curto espaço de tempo.

O papel do professor em sala de aula é tarefa desafiadora, que exige não somente o domínio do conhecimento, mas também o exercício da reflexão, a articulação entre teoria e prática, a ética, a abertura a “indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; [deve] ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que [tem] – a de ensinar e não a de transferir conhecimento” (FREIRE, 1996, p.47).

As normas jurídicas mudam de acordo com as transformações da sociedade e vice-versa, porém ocorrem de maneira lenta e muitas vezes não acompanham as demandas e as necessidades do mundo contemporâneo. O Direito deve estar preparado para lidar com os mais diversos comportamentos do ser humano e com as relações decorrentes da nova ordem social que emerge com o desenvolvimento da sociedade. É neste cenário que o ensino do Direito deve se preocupar com a formação do estudante, pautando-se em valores como a justiça, a humanização, a afetividade, não se rendendo aos interesses do mercado em detrimento destes pilares.

Vê-se, assim, que a prática docente no curso de Direito não se resume ao ensino das normas jurídicas, por exemplo. É necessário que o professor não perca de vista que o ensino do Direito pode – e deve – contribuir para uma formação mais abrangente acerca das normas jurídicas e suas relações com a sociedade, de maneira a possibilitar que o estudante possa formar os seus conceitos, fundamentar as suas interpretações e ações,

desenvolver a sua autonomia enquanto profissional consciente da importância do seu papel na vida da sociedade.

A escolha pelo tema desta pesquisa decorreu da área de formação da pesquisadora, o Direito, bem como do desejo desta em lecionar no ensino superior, em disciplinas relacionadas ao Direito, consciente de que a docência não se resume à transmissão do conhecimento ao estudante, da preparação para o mercado de trabalho e de que a finalidade da universidade, enquanto instituição educativa, é o permanente exercício da crítica através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, que se funda “na produção do conhecimento por meio da problematização dos conhecimentos historicamente produzidos, de seus resultados na construção da sociedade humana e das novas demandas e desafios que ela apresenta” (PIMENTA, 2014, p. 161-162).

É nesse contexto que se encontram as finalidades da graduação em Direito, conforme se depreende das Diretrizes Curriculares Nacionais:

[...] deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania. (CNE/CES n.º9, de 29 de setembro de 2004)

Contribuir para que os estudantes de Direito desenvolvam ao longo da graduação uma postura reflexiva e de visão crítica, bem como condições adequadas para realizar a interpretação e a valoração dos fenômenos sociais é, sem dúvida, uma tarefa desafiadora para os professores. Estes não podem dissociar-se da ideia de “que, ao ensinar qualquer disciplina, criamos [os professores] possibilidade de o educando desenvolver a capacidade de dominar as estruturas, que são usadas para construir o pensar, e de agir e sistematizar sua ação” (RIOS, 2011, p. 83). Segundo Rios, a atuação do professor vai muito além do ensino, propriamente dito, “não é apenas um conjunto de habilidades que se desenvolve, mas também se configuram atitudes em relação à realidade e à

convivência social. A atitude do professor ensina. O gesto do professor fala” (RIOS, 2011, p. 83).

Esta pesquisa analisou e refletiu sobre ações da prática docente que possibilitam ao professor o desenvolvimento dos objetivos formativos do curso de graduação em Direito, bem assim a articulação com a finalidade social da universidade. A aula inovadora apresentou-se, neste contexto, como um caminho para a consecução de uma prática docente crítica, reflexiva, autônoma; aula esta em que aluno e professor são protagonistas. “Uma relação pedagógica, no cotidiano da aula, é construída da ótica da heterogeneidade, que desvela as diferenças sociais, os conflitos e as contradições. É, portanto, uma relação fundada na diversidade e na construção de identidades” (VEIGA, 2001, p. 148).

A prática docente não se dissocia das finalidades do ensino superior, da universidade, e no caso desta pesquisa, dos objetivos da graduação em Direito. Porém, sabe-se que por ser um curso essencialmente teórico, desenvolveu-se, em muitos casos, um modelo de aula pautado na exposição do conhecimento e nas relações de poder entre professor e aluno. Esse modelo de educação é chamado por Paulo Freire de educação bancária:

[...] segundo esta concepção, o educando é como se fosse uma caixa na qual o educador vai fazendo seus depósitos. Uma caixa que se vai enchendo de conhecimentos, como se o conhecer fosse o resultado de um ato passivo de receber doações ou imposições de outros. Essa falsa concepção de educação, repousa numa igualmente falsa concepção do homem. Uma distorcida concepção de sua consciência. (FREIRE, 1974, p. 13)

Nesse contexto, a questão de pesquisa formulada pela pesquisadora foi no sentido de investigar se é possível romper com o modelo de aula tradicional e de educação bancária no ensino do Direito. Para tanto, buscou-se com esta pesquisa analisar a prática docente de uma professora do curso de graduação em Direito, identificando elementos que pudessem ser considerados inovadores no sentido de romper esse modelo.

Especificamente, observou-se a relação professor-aluno em sala de aula e a relação com o saber, bem como analisou-se a prática docente dessa professora à luz dos objetivos formativos estabelecidos para o curso de graduação em Direito e do referencial teórico selecionado.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa do objeto de estudo, em que a sala de aula foi a fonte direta de dados. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do IFSP no Parecer n. 1.804.258 (Anexo A). Na pesquisa, foi descrita e analisada a prática docente de uma professora do curso de graduação em Direito – garantindo o anonimato do sujeito da pesquisa – ao longo de dez encontros, divididos nas duas disciplinas que a mesma leciona em uma instituição privada da cidade de São Paulo – Sociologia do Direito e Estatuto da Criança e do Adolescente, no intuito de compreender o sentido da sua atuação profissional, descrevendo-a indutivamente, ou seja, no contexto em que está inserida, buscando compreender os seus significados (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 47-50).

Foi realizado um estudo de cunho etnográfico, levando-se em consideração que se trata de um fenômeno educacional dotado de singularidades, tendo sido utilizados a observação, o diário de campo e a entrevista para que o pesquisador se aproximasse do objeto de estudo a fim de compreendê-lo (ANDRÉ, 2008, p. 19-31). A pesquisadora o descreveu como sendo de cunho etnográfico e não do tipo etnográfico ante a duração do contato direto desta com a situação estudada, o número de professores estudados, dentre outros aspectos que foram adaptados na realização da pesquisa como a coleta de dados e a descrição densa do objeto de estudo.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a observação em campo, entendida como uma das mais importantes fontes de informações em pesquisas qualitativas em Educação, eis que possibilita ao pesquisador ver, identificar e descrever os diversos tipos de interações e processos humanos (VIANNA, 2007, p. 12); o registro de apontamentos para facilitar a descrição do fenômeno observado; a análise documental do plano de ensino; e a entrevista semi-estruturada (Apêndice B), partindo de questionamentos básicos, apoiados no referencial teórico que levou a pesquisadora à

escolha do tema de pesquisa, que puderam se desdobrar em novos questionamentos a partir da interação com a professora (TRIVINOS, 1987, p. 146).

A escolha do sujeito da pesquisa se deu pelo fato de que a mesma fora professora da pesquisadora na graduação em Direito, marcando-a pelo compromisso social, pela ética e pelo afeto na relação com os alunos e com as disciplinas ministradas, verdadeira referência de boas práticas educativas.

Para justificar a escolha de apenas um sujeito a ser pesquisado, a pesquisadora levou em consideração o tipo de abordagem a ser utilizada na pesquisa - qualitativa, que valoriza os resultados, os significados e a qualidade da observação. Além do que, a pesquisa em comento marca a inserção da pesquisadora na pesquisa acadêmica, num curso de especialização *Lato Sensu*.

Para tanto, a pesquisa foi organizada em três partes, sendo que primeiramente discorreu-se acerca da função social da universidade, abordando o tipo de ensino pretendido neste tipo de instituição, a sua relação com as exigências do mercado de trabalho, com as novas demandas do Direito e as novas formas de organização social, em contraponto à universidade administrada em constante expansão no cenário brasileiro.

Em seguida, foi abordada a temática da docência na Universidade a partir da discussão sobre contribuições da formação pedagógica para a atuação docente, com vistas a desenvolver uma atuação intelectual, crítica e reflexiva, cujo ensino será igualmente crítico e capaz de transformar, humanizar e emancipar os alunos e a sociedade, local de atuação desses profissionais que a universidade social formará.

Por fim, analisaram-se os dados coletados na observação dos dez encontros nas duas disciplinas que a professora leciona na Universidade, quais sejam: a Sociologia do Direito e Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como as informações fornecidas na entrevista, à luz do referencial teórico estudado pela pesquisadora acerca do tema, com o objetivo de encontrar possibilidades que sejam inovadoras na atuação pedagógica dos professores do curso de graduação em Direito, a partir dos recursos e estratégias

empregados pela professora em sala de aula, do compromisso social desta para com a docência e da forma com que a relação professora-aluno é construída

A UNIVERSIDADE NO BRASIL: EVOLUÇÃO, INFLUÊNCIA DO MERCADO E SUA FUNÇÃO SOCIAL

“A cada direito corresponde um dever. Se a educação é proclamada como um direito e reconhecido como tal pelo poder público, cabe a esse poder a responsabilidade de prover os meios para que o referido direito se efetive. Eis porque se impôs o entendimento de que a educação é direito do cidadão e dever do Estado”.

Dermeval Saviani

A pesquisa desenvolveu-se dentro de uma Universidade privada da cidade de São Paulo, sendo que se faz fundamental, portanto, estudar este espaço enquanto fonte de conhecimento, de saber e de interações humanas.

Relembre-se que no Brasil, o surgimento das primeiras universidades data da década de 1920, contudo a sua expansão foi lenta e somente na segunda metade do século XX é que atingiu todos os Estados brasileiros, não chegando a caracterizar um modelo universitário propriamente dito¹.

Os primeiros debates para a criação de cursos jurídicos no Brasil, por sua vez, iniciaram-se em 1823, tendo sido marcados pelos interesses das oligarquias de São Paulo e de Olinda, eis que o bacharel em Direito, então, passaria a ser visto como figura central, mediador dos interesses públicos e privados (ADORNO, 1998, P. 77-89).

¹ Tendo surgido tardiamente as instituições de ensino superior no Brasil, não chegam propriamente a caracterizar um modelo durante o período imperial, considerando que na colônia praticamente inexistiram escolas e classes deste nível. O que mais se aproximava de uma universidade ou instituição de ensino superior eram os colégios dos jesuítas.

Somente com a vinda da família real (1808) são criadas as primeiras cadeiras, aulas e instituições de ensino superior. Aqui se deve registrar a forma *sui generis* de se constituírem sendo denominadas e organizadas como Instituições Isoladas, denominação que prevalece até hoje, para uma das formas de oferecimento do ensino superior. No Império, a questão da universidade, assim como a própria educação não era uma preocupação central. Mais tarde, com a República o problema se coloca abertamente, mas é somente no início do século XX, quase 100 anos depois da independência, que registramos as primeiras tentativas de criação de universidade bem como alguma expansão do ensino superior. (ROSSATO, 2011, 182-183)

Isso porque, com o aumento das revoltas populares no Brasil o governo pretendia expulsar as forças democráticas sobre todas as atividades do Estado. Para tanto, o controle político e ideológico dos ocupantes dos cargos de governo traria absoluto domínio estatal de tudo que acontecia no país e aproximaria o Estado da sociedade.

Esse controle político e ideológico estava explícito na própria Lei de criação dos dois primeiros cursos jurídicos no Brasil (Lei de 11 de agosto de 1827), eis que havia a previsão de que o conteúdo ensinado nas faculdades teria que passar pela aprovação do governo, bem como as disciplinas a serem ensinadas já estavam fixadas pela Lei (Cadeiras).

A estrutura dos primeiros cursos jurídicos no Brasil, portanto, foi elaborada para que o governo tivesse o controle político e ideológico da formação intelectual dos bacharéis, pois estes ocupariam o aparelho governamental.

Mais tarde, após a reforma de 1968², os interesses da classe média que apoiara o Golpe Militar de 1964 foram determinantes para transformar a universidade brasileira retirando desse espaço qualquer possibilidade de contestação, de desenvolvimento da crítica, de igualdade de direitos. As pessoas adquiriram possibilidades de ingressar no ensino superior, porém foi-lhes imposto um limite, o da não promoção social, culminando, por consequência, com a desvalorização dos diplomas, do trabalho dos docentes, que geraria um puro desemprego.

Desvinculando educação e saber, a reforma da universidade revela que sua tarefa não é produzir e transmitir a cultura (dominante ou não, pouco

² “Realizada a partir de 1968 para resolver a ‘crise estudantil’, a reforma universitária foi feita sob a proteção do Ato Institucional n.5 e do Decreto n.477, tendo como pano de fundo uma combinação do Relatório Ataçon (1966) e do Relatório Meira Mattos (1968). O primeiro preconizava a necessidade de encarar a educação como um fenômeno quantitativo que precisa ser resolvido com máximo rendimento e mínima inversão, sendo o caminho adequado para tal fim a implantação de um sistema universitário baseado no modelo administrativo das grandes empresas ‘com direção recrutada na comunidade empresarial, atuando sob sistema de administração gerencial desvinculada do corpo técnico-científico e docente’. O segundo preocupava-se com a falta de disciplina e de autoridade, exigindo a recondução das escolas superiores ao regime de nova ordem administrativa e disciplinar; refutava a ideia de autonomia universitária, que seria o privilégio para ensinar conteúdos prejudiciais à ordem social e à democracia; e interessava-se pela formação de uma juventude realmente democrática e responsável que, ao existir, tornaria viável o reaparecimento das entidades estudantis de âmbito nacional e estadual”. (CHAUÍ, 2001, p. 47)

importa), mas treinar os indivíduos a fim de que sejam produtivos para quem for contratá-los. A universidade adentra mão de obra e fornece força de trabalho. Por outro lado, com a subordinação da universidade ao Ministério do Planejamento, o ensino superior passa a funcionar com uma espécie de “variável flutuante” do modelo econômico, que ora é estimulada com investimentos ora é desativada por cortes de verbas, segundo critérios totalmente alheios à educação e à pesquisa, pois determinados exclusivamente pelo desempenho do capital. (CHAUI, 2001, p. 52-53)

Denota-se a partir desse breve relato histórico que a universidade brasileira sempre esteve condicionada aos interesses políticos de cada época.

Em 1996 não foi diferente. Entrou em vigor a Lei 9.394³ que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. Segundo esse diploma legal, as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam pela produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; um terço do corpo docente em regime de tempo integral, sendo facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

A Lei 9.394/96 impõe como sendo atribuições das universidades, no exercício de sua autonomia, criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos em Lei; fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio; elaborar e

³ Na Lei 9.394/1996, “a docência no ensino superior será preparada (e não formada) preferencialmente nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Por outro lado, a competência docente é mensurada pelos resultados (dos alunos) no provão. As instituições, por sua vez, são avaliadas pelo índice percentual de professores titulados com mestrado e doutorado, o que pode revelar uma preocupação cartorial com os resultados do ensino. Considerando que os programas de mestrado e doutorado em áreas diversas da educacional se voltam para a formação de pesquisadores em seus campos específicos, e não à formação de professores, permanecem estes sem condições institucionais de se formar na docência”. (PIMENTA, 2014, p. 153-154)

reformular os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes; conferir graus, diplomas e outros títulos; firmar contratos, acordos e convênios; aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais; administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos; e receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Além dos interesses políticos, atualmente “o contexto da globalização e do neoliberalismo obrigou a universidade a uma abertura ao mundo do capital e assim como a perspectiva de que o mundo é um grande mercado, a educação passa a ser vista como uma moeda de troca” (ROSSATO, 2011, p. 186). Neste processo de abertura da universidade ao capital, são de relevante importância as reflexões feitas por Mancebo (2010) sobre o cenário do ensino superior no Brasil:

O que se percebe dos novos tempos é a sua prioridade para a produção de mercadorias (incluindo as educacionais) e a valorização do capital, em um acirrado processo de eliminação do valor do uso dos produtos, o que resulta na diminuição da vida útil destes, aceleração do ciclo produtivo e exacerbação do consumo. Além disso, o contexto das relações fluidas e perversas que é gerado expõe a força humana de trabalho à degradação, destrói progressivamente o meio ambiente e superdimensiona o capital tecnológico. Cabe, portanto, a pergunta se é para esse “novo tempo” de desregulamentação, flexibilidade, imprevisibilidade, destruição e insegurança que se pretende acriticamente construir novas propostas de instituição, cursos e currículos? É essa a referência de mundo, de sociedade e de sujeitos que se deve exaltar “novo tempo”? [...] sob a perspectiva de formação acadêmico-crítica, quando se analisa a acelerada privatização do sistema de educação superior e as propostas de flexibilização para o que se intitula “terceiro grau”, não resta outra conclusão: o lugar da qualidade, nas políticas recentes de ensino superior, é muito pouco significativo, isto é, muito aquém das necessidades de professores, alunos e do próprio país. (MANCEBO, 2010, p. 48-50)

Os grandes grupos empresariais estão adentrando no ensino superior e implantando nas universidades o modelo de administração presente no contexto da economia global. Professores, alunos, funcionários administrativos; todos estão sofrendo interferência

deste processo. Para Zago (2014, p. 100), “como tentativas locais, no Brasil, algumas instituições têm tentado implantar um currículo mais flexível de modo a romper com a hierarquização dos conhecimentos”. Esse movimento tenta romper com o propósito que está sendo delegado ao ensino superior que é o de preparação de mão de obra para o mercado de trabalho, esgotando-se o compromisso ético-político com a classe trabalhadora, no sentido de emancipá-la por meio do conhecimento, da igualdade de direitos, da criticidade.

Esse modelo de universidade que atende aos interesses do capital e do mercado e se adapta a eles é o que Chauí (2001, p. 43) define por universidade administrada; que se dissocia dos objetivos do ensino, da formação do aluno, do desenvolvimento da sociedade. Referindo-se a essas reflexões sobre a universidade administrada, esclarecedoras são as considerações de Pimenta (2014, p. 168):

No contexto atual, a universidade vem perdendo essa característica secular de instituição social e tornando-se numa entidade administrativa ou seja, atuando segundo um conjunto de regras e normas desprovidas de conteúdos particulares, formalmente aplicados a todas as manifestações sociais. Transmudou-se numa entidade isolada, cujo sucesso e eficácia são medidos em referência à gestão de recursos e estratégias de desempenho, relacionando-se com as demais por meio de competição. Enquanto entidade administrativa, é regida por ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito, não lhe competindo discutir ou questionar sua existência e sua função social. Está, desse modo, em posição oposta a de uma instituição social que tem a sociedade como seu princípio e referência normativa e valorativa, que é determinada, mas é também determinante, que se percebe inserida na divisão social e política.

Em contraponto a este modelo de universidade voltada para os interesses do capital, Pimenta (2014) atribui à universidade a qualidade de instituição social.

Enquanto instituição social, a universidade se caracteriza como ação e prática social, pautando-se pela ideia de um conhecimento guiado por suas próprias necessidades e por sua própria lógica, tanto no que se refere à descoberta e invenção quanto à transmissão desse conhecimento. Desde suas origens, a universidade buscou efetivar os princípios de formação, criação, reflexão e crítica, tendo sua legitimidade derivada da autonomia do saber ante a religião e o Estado. (PIMENTA, 2014, p. 168)

Por este prisma, é fundamental, portanto, que os professores reflitam acerca do projeto de universidade que pretendem disseminar enquanto docentes do ensino superior, notadamente no curso de Direito. É essa lógica de mercado, de exclusiva preparação para concursos e para o Exame de Ordem, por exemplo, que deve ser valorizada? É a disseminação da intolerância, da competitividade acirrada por títulos, por cargos, por *status*, que os alunos devem ser levados a buscar?

Ao longo do próximo capítulo e também a partir da análise dos dados coletados esses questionamentos serão aprofundados, no entanto, por ora chama-se a atenção para um dos caminhos encontrados por Chauí (2001) para romper com essa lógica do modelo de administração que adentrou às Universidades; o trabalho pedagógico.

[...] trabalho no sentido pleno do conceito: movimento para suprimir o aluno como aluno, a fim de que em seu lugar surja aquele que é o igual do professor, isto é, um outro professor. Por isso o diálogo não é o ponto de partida, mas de chegada, quando a assimetria foi superada e a igualdade foi instalada graças à própria assimetria. Seria preciso admitir que o lugar do professor é simbólico – e por isso sempre vazio, tanto quanto imaginário – e por isso sempre pronto a ter proprietários. Se não pensamos sobre o significado do ato de ensinar e de aprender, não seremos capazes de pensar numa democracia universitária. (CHAUÍ, 2001. p. 71-72)

DOCÊNCIA NA UNIVERSIDADE E SUA RELAÇÃO COM A PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA

A pedagogia, ciência da prática educativa, deve ter necessariamente um papel político com vistas a subsidiar o debate acerca dos fins da educação (FRANCO, 2008, p. 72). Ante o cenário que se apresenta nas universidades no mundo contemporâneo, a pedagogia deve – e pode – estar a serviço da transformação social, da emancipação do aluno enquanto cidadão a partir do conhecimento, e não em apoio à lógica perversa dos grandes grupos empresariais que adentraram ao ramo educacional como se fosse mais um nicho de mercado a ser explorado por qualquer empresário.

O senso comum alia a pedagogia ao ensino de crianças unicamente, sem cogitar o seu papel enquanto ciência, a sua ação perante o desenvolvimento da sociedade, perante as concepções de educação que são difundidas ao longo da história.

Franco (2008) ensina que o objetivo da pedagogia deve ser a humanização da sociedade, com vistas a desenvolver-se como uma ação participativa e inclusiva, de igualdade e de justiça entre os homens.

E mais, estando a pedagogia a serviço da humanização do homem, isso significa estar ao lado de sua emancipação, de sua libertação. Há que se lembrar que a emancipação se fará em estreitas, contínuas, dialéticas relações do homem com a cultura, do ser com o significado. Não haveria necessidade da pedagogia se não fosse crucial ao homem, para se fazer homem, ser conduzido à cultura e, nesse processo, apreender, interpretar, criar significados para que, amalgamado com os significados da cultura, fazer-se homem e construtor da cultura. (FRANCO, 2008, p. 73)

Freire (1997), nesse mesmo sentido, já defendia que inexistia teoria pedagógica que seja neutra, haja vista o seu papel de humanização e libertação.

Ora, uma educação só é verdadeiramente humanista se, ao invés de reforçar os mitos com os quais se pretende manter o homem desumanizado, esforça-se no sentido da desocultação da realidade. Desocultação na qual o homem existencialize sua real vocação: a de

transformar a realidade. Se, ao contrário, a educação enfatiza os mitos e desemboca no caminho da adaptação do homem à realidade, não pode esconder seu caráter desumanizador. (FREIRE, 1997, 13)

Seguindo esses dois objetivos que a educação pode assumir, Freire estabeleceu duas concepções de educação: a bancária e a humanista e libertadora. Pela primeira, o “processo educativo é um ato permanente de depositar conteúdos” (FREIRE, 1997, p. 13) que transforma o homem em coisa⁴. É a transferência mecânica de conhecimento pelo professor ao aluno, negando-o enquanto um “ser da busca constante”. “A concepção humanista e libertadora da educação, ao contrário, jamais dicotomiza o homem do mundo. Em lugar de negar, afirma e se baseia na realidade permanentemente mutável” (FREIRE, 1997, p.14). E ainda:

Não só respeita a vocação ontológica do homem de ser mais, como se encaminha para esse objetivo. Estimula a criatividade humana. Tem do saber uma visão crítica, sabe que todo o saber se encontra submetido a condicionamentos histórico-sociológicos. Sabe que não há saber sem a busca inquieta, sem a aventura do risco de criar. Reconhece que o homem se faz homem na medida em que, no processo de sua hominização até sua humanização, é capaz de admirar o mundo. É capaz de, despreendendo-se dele, conservar-se nele e com ele, e, objetivando-o, transformá-lo. (FREIRE, 1997, p. 14-15)

Por não ser neutra, a prática pedagógica, portanto, representa um ideal de sociedade presente no contexto social, na comunidade universitária e, particularmente na ação do professor, haja vista que “há práticas docentes construídas pedagogicamente e há práticas docentes construídas sem a perspectiva pedagógica, num agir mecânico que desconsidera a construção do humano” (FRANCO, 2016, p. 535). Em outras

⁴ “A concepção bancária – ao não superar a contradição educador-educando, mas, pelo contrário, ao enfatizá-la, não pode servir senão à “domesticação” do homem.

Da não superação dessa contradição, decorre: que o educador é sempre quem educa e o educando o que é educado; que o educador é quem disciplina e o educando o disciplinado; que o educador é quem fala e o educando o que escuta; que o educador prescreve e o educando segue a prescrição; que o educador escolhe o conteúdo dos programas e o educando o recebe na forma de “depósito; que o educador é sempre quem sabe e o educando o que não sabe; que o educador é o sujeito do processo e o educando seu objeto.

[...] Essa falsa concepção de educação, que toma o educando passivo e o adapta, repousa numa igualmente falsa concepção do homem. Uma distorcida concepção de sua consciência. Para a concepção “bancária”, a consciência do homem é algo especializado, vazio, que vai sendo preenchido com pedaços de mundo que se vão transformando em conteúdos de consciência”. (FREIRE, 1997, p. 13-14)

palavras, a prática pedagógica⁵ decorre do ato consciente de ensinar, dotado de teoria e de objetivos.

Assim, uma aula ou um encontro educativo tornar-se-á uma prática pedagógica quando se organizar em torno de intencionalidades, bem como na construção de práticas que conferem sentido às intencionalidades. Será prática pedagógica quando incorporar a reflexão contínua e coletiva, de forma a assegurar que a intencionalidade proposta é disponibilizada a todos; será pedagógica à medida que buscar a construção de práticas que garantam que os encaminhamentos propostos pelas intencionalidades possam ser realizados. Nesse aspecto, uma prática pedagógica, em seu sentido de práxis⁶, configura-se sempre como uma ação consciente e participativa, que emerge da multidimensionalidade que cerca o ato educativo. (FRANCO, 2016, p. 536)

Nem toda prática docente será prática pedagógica, esclarece Franco (2016), pois, esta é dotada de intencionalidades, de objetivos formativos dentro de um contexto social. Ao passo que a atuação docente que se faz a partir da reprodução pura de um modelo educacional, de transmissão de conteúdos, de cumprimento de tarefas, não pode ser considerada prática pedagógica.

Assim, um professor que sabe qual é o sentido de sua aula em face da formação do aluno, que sabe como sua aula integra e expande a formação desse aluno, que tem a consciência do significado de sua ação, tem uma atuação pedagógica diferenciada: ele dialoga com a necessidade do aluno, insiste em sua aprendizagem, acompanha seu interesse, faz questão de produzir o aprendizado, acredita que este será importante para o aluno. (FRANCO, 2016, p. 541)

⁵ “Quando se fala em prática pedagógica, refere-se a algo muito além da prática didática, envolvendo: as circunstâncias da formação, os espaços-tempos escolares, as opções da organização do trabalho docente, as parcerias e expectativas do docente. Ou seja, na prática docente estão presentes não só as técnicas didáticas utilizadas, mas, também, as perspectivas e expectativas profissionais, além dos processos de formação e dos impactos sociais e culturais do espaço ensinante, entre outros aspectos que conferem uma enorme complexidade a este momento da docência”. (FRANCO, 2016, p. 542)

⁶ “A práxis educativa, objeto da ciência pedagógica, caracteriza-se pela ação intencional e reflexiva de sua prática. [...] A ação teoria-prática dessa ciência (pedagogia) sobre seu objeto, que é a práxis educativa, poderá ser compreendida com práxis pedagógica. A práxis pedagógica poderá se exercer onde a prática educativa acontece”. (FRANCO, 2008, p. 83-84)

O não exercício da prática pedagógica corrobora a reprodução do modelo de educação pautado na transmissão de conhecimento, cujo enfoque não é o aluno, mas tão somente o cumprimento da tarefa como técnica do ensino. O ensinar, contudo, não é um fazer técnico, mas sim pedagógico, social, transformador, humanizador, de tal sorte que os professores devem estar envolvidos neste processo de enfrentamento da realidade social, de luta pela libertação do homem a partir do que é ensinado.

A atuação do professor de forma tecnicista reproduz o modelo de aula tradicional, em que o aluno recebe os conhecimentos que são transmitidos pelo professor, “diretamente vinculados às habilidades para fazer coisas ou objetos e aos modos, usos, costumes, crenças e hábitos, reproduzindo-os e, portanto, conservando os modos de pensar e agir tradicionalmente consagrados e socialmente valorizados”⁷ (PIMENTA, 2014, p. 184).

Para Almeida (2012), a atuação docente no ensino superior pautada na racionalidade técnica desenvolveu-se com a prevalência do “desconhecimento científico e até o despreparo para lidar com o processo de ensino-aprendizagem, pelo qual passam a ser responsáveis a partir do momento em que ingressam na sala de aula” (ALMEIDA, 2012, p. 64).

Em outras palavras, o que se constata é que o professor universitário não tem uma formação voltada para os processos de ensino-aprendizagem, pelos quais é responsável quando inicia a vida acadêmica. Os elementos constitutivos de sua atuação docente, como planejamento, organização da aula, metodologias e estratégias didáticas, avaliação, peculiaridades da interação professor-aluno, bem assim seus sentidos pedagógicos inerentes, são-lhes desconhecidos cientificamente. (ALMEIDA, 2012, p. 67)

⁷ “Nesse modelo, a docência é considerada um dom “dom inato”: o professor já nasce “pronto” e deve tão somente ser treinado na prática profissional, não sendo necessário investir na sua formação e no seu desenvolvimento profissional. [...] O professor, nesse enfoque, deve ser formado para adquirir competências comportamentais com o objetivo de executar esse conhecimento. Não necessita o domínio dos conhecimentos científicos, mas apenas domina as rotinas de intervenção deles derivadas, desenvolvendo habilidades técnicas. O investimento, portanto, deve ser na sua formação técnico-instrumental. Nessa perspectiva é que se desenvolveu amplamente o saber didático como o domínio das técnicas, recursos e estratégias para operacionalizar as situações de ensino [...]”. (PIMENTA, 2014, 183-184)

O papel dos professores do ensino superior assenta, por sua vez, não somente na atuação “em sala de aula, mas também pelo conjunto de opções político-educacionais relativas ao currículo, aos projetos, à disciplina, à articulação entre ensino e pesquisa, à avaliação, etc.” (ALMEIDA, 2012, p. 86). Ou seja, o professor precisa ser conduzido à assunção do seu papel de intelectual, de formador educacional, pelo que a pedagogia universitária⁸ se faz fundamental na sua formação.

Na mesma perspectiva de entendimento do papel do professor e de sua atuação como intelectual dentro da lógica do ensino crítico estão as ideias de Pimenta (2014, p. 185):

No enfoque hermenêutico ou reflexivo, o ensino é uma atividade complexa que ocorre em cenários singulares, claramente determinados pelo contexto, com resultados em grande parte imprevisíveis, carregada de conflitos de valor, o que requer opções éticas e políticas. O professor, por sua vez, deve ser um intelectual que tem de desenvolver os seus saberes (de experiência, do campo específico e pedagógico) e sua criatividade para fazer frente às situações únicas, ambíguas, incertas, conflituosas nas aulas, meio ecológico complexo. Assim, o conhecimento do professor é composto da sensibilidade da experiência e da indagação teórica. Emerge da prática (refletida) e se legitima em projetos de experimentação reflexiva e democrática no próprio processo de construção e reconstrução das práticas institucionais.

Na graduação em Direito não deve ser diferente o papel do professor, sobretudo pela relevância da atuação profissional do aluno que passa por este curso no enfrentamento dos fenômenos jurídicos e sociais. Todavia, sabe-se que em meio à visão administrativa e mercantilista que paira sobre as universidades no mundo contemporâneo essa atuação pedagógica só será viabilizada a partir da organização e comunhão de interesses da comunidade universitária como um todo.

⁸ A pedagogia universitária é entendida por Almeida (2012, p. 96), como sendo um “conjunto de concepções de natureza pedagógica, psicológica, filosófica, político, ética e epistemológica que articulam a prática educativa e sustentam as conexões entre universidade e sociedade. Ela oferece o referencial teórico capaz de subsidiar as provocações consistentes que o trabalho educativo requer como meio para sua permanente transformação e alimenta o exercício de uma docência comprometida, intencionada e ética. O acesso dos professores universitários aos referenciais capazes de fundamentar pedagogicamente suas ações educativas é propiciador das condições para realização do ensino assentado no exercício da crítica e da autocrítica”. (2012, p. 96-97)

Especificamente no curso de Direito, que se trata de uma graduação essencialmente teórica, será possível admitir uma atuação pedagógica do professor?

Enquanto estudante da graduação, para esta pesquisadora era comum, na visão dos alunos, ouvir que certo professor “tem didática” e outro não. Mas o que isso significa para eles? Sabem os alunos o que a Didática se propõe a estudar? Certamente essa “reflexão” não é dotada de cientificismo, mas tão somente da observação da prática do professor.

No curso de Direito, por vezes, professores adentram à sala de aula, iniciam a exposição e por horas a fio parecem falar para si mesmo, sem se preocuparem com o aluno, com a reflexão que aquele tema de aula poderia ter estimulado. Preocupa-se em expor o conteúdo, impor-se perante os alunos como detentor daquele conhecimento, sem qualquer preocupação sobre o que os alunos depreenderam do assunto.

Para Pimenta (2014, p. 211), “o paradigma tradicional, professor palestrante e aluno ouvinte, foi-nos ensinado pela nossa vivência de alunos, sendo, portanto, o que sabemos fazer, por experiência ou hábito”. A superação desse paradigma se faz necessária para enfrentar as transformações da sociedade contemporânea e foi através da observação da prática docente de uma professora do curso de graduação em Direito de uma universidade privada da cidade de São Paulo que se buscaram elementos que pudessem ser considerados inovadores na atuação dos professores do ensino superior.

RETRATOS DO COTIDIANO DA PRÁTICA DOCENTE DE UMA PROFESSORA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

A pesquisa realizada se pautou na observação da prática docente de uma professora do curso de graduação em Direito de uma instituição privada da cidade de São Paulo. Para ela, a docência é profissão, sendo que além de lecionar no curso de graduação em Direito da instituição em que foi realizada a pesquisa de campo, leciona em outra instituição privada da capital paulista, também no curso de graduação em Direito, e é professora convidada do programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*, na faculdade de comunicação e artes, de uma universidade pública do estado de São Paulo.

A professora é graduada em Jornalismo e em Direito, mestre em Direito das Relações Sociais, doutora em Filosofia do Direito, pós-doutora em Direitos Humanos e Trabalho, e pós-doutoranda na área de direitos da criança e do adolescente.

A pesquisadora se inseriu no contexto da sala de aula para acompanhar o trabalho da professora ao longo de dez encontros, nas duas disciplinas que ela leciona no curso, Sociologia do Direito (no segundo semestre da graduação) e Estatuto da Criança e do Adolescente (no sexto semestre da graduação).

Ao longo desses dez encontros foram observadas cinco turmas distintas, do período matutino e noturno, períodos em que o curso é oferecido na instituição, sendo que a maioria dos alunos saíram do ensino médio e ingressaram rapidamente na faculdade, compondo turmas, portanto, muito jovens, sendo raros os alunos em faixa etária distinta.

Nos primeiros encontros a pesquisadora optou por ficar ao fundo da sala de aula, sentou em uma cadeira, chegou um pouco antes do horário previsto para o início da aula e ficou aguardando a professora chegar. Os horários das aulas já haviam sido informados à pesquisadora, sendo que a professora deixou à escolha daquela a aula e a turma que pretendia fazer a observação. Dessa forma, a professora não sabia previamente em qual aula ou turma a pesquisadora estaria presente.

Logo no primeiro encontro a professora teve o cuidado de apresentar a pesquisadora para a turma, relatando que fora sua ex-aluna, como era a sua postura enquanto aluna, quais caminhos trilhou após o término da graduação, que ficara muito entusiasmada com o convite para participar desta pesquisa e, após essa apresentação, sugeriu à pesquisadora que contasse o motivo de sua presença em sala de aula. A pesquisadora, por sua vez, dirigindo-se à frente da lousa, contou aos alunos o porquê do ingresso num curso de especialização para a formação de professores, que se prepara para lecionar no ensino superior, que a escolha pela observação da prática docente daquela professora ocorreu pelo exemplo de boas práticas enquanto sua professora na graduação e se dispôs a conversar com os alunos após o encontro para esclarecer quaisquer dúvidas que eles tivessem. Essa postura da professora e da pesquisadora repetiu-se em todas as demais turmas, cujos encontros foram observados.

No decorrer dos encontros, a professora passou a sugerir à pesquisadora que ficasse mais próxima dela durante as aulas, o que foi aceito. Assim, a pesquisadora chegou a colocar uma cadeira ao lado da mesa da professora para observar a sua prática, por exemplo, apresentou a pesquisadora para as suas colegas professoras, sempre se referindo à existência da pesquisa, durante os intervalos das aulas relatou à pesquisadora o perfil dos alunos de cada turma, o desempenho dos mesmos, as atividades que pretendia realizar no semestre com eles, os desafios da docência, os seus anseios enquanto professora, relatos estes que trouxeram muitos elementos para a análise da pesquisadora acerca dos dados coletados.

4.1 A configuração do espaço da sala de aula e sua interação com a professora e os alunos

O curso de Direito nesta instituição possui dois prédios próprios no câmpus e ocupa parte das salas do prédio do curso de Psicologia. A observação ocorreu neste e também em um dos prédios próprios, destinados aos alunos das primeiras etapas do curso.

Todas as salas de aula são compostas de cadeiras estofadas com braço para apoio, organizadas em dois grandes blocos de fileiras com um corredor ao centro para movimentação dos alunos e dos professores e um púlpito à frente da lousa. Devido ao número de alunos – cerca de cinquenta presentes em cada encontro observado – é difícil movimentar as cadeiras para organizar círculos, por exemplo. Forma-se, na verdade, uma espécie de auditório.

As salas de aula são espaçosas, com pé direito alto, bem iluminadas, com ar condicionado, isolamento acústico, *data show*, computador conectado à *internet*, rede *wi-fi*, lousa com pincel, de maneira que existem funcionários à disposição dos professores e alunos para resolverem qualquer problema técnico desses recursos.

As turmas são bem numerosas, com média de sessenta a setenta alunos matriculados, de faixa etária predominantemente jovem, composta em sua grande maioria de alunos que após terminarem o ensino médio rapidamente ingressaram na graduação.

Além disso, tanto o período matutino quanto o noturno do curso da instituição é composto de três aulas por dia, de 1h30min de duração cada, com intervalo de cinco minutos entre elas.

Neste contexto, notou-se que as aulas são fragmentadas, na medida em que, em um dia de aula, os alunos chegam a ter três disciplinas, com 1h30min de duração, cada uma delas, com professores diferentes, na maioria das disciplinas, o que dificulta o desenvolvimento do trabalho dos professores e dos alunos, o fomento de discussões e a realização de determinadas atividades em sala de aula, por exemplo.

A configuração do espaço da sala de aula inviabiliza a locomoção de carteiras, o trabalho em grupo e a proximidade dos professores com os alunos. O elevado número de alunos por sala de aula também dificulta a participação destes nas temáticas estudadas.

Assim, embora o espaço em que as aulas são realizadas contribua para a reprodução do modelo de aula no qual o professor é transmissor de conteúdo, e o aluno

é receptor passivo, a professora emprega estratégias que rompem com essa lógica, as quais serão discutidas na próxima sessão.

4.2 A constituição da prática docente da professora: um olhar para os temas, recursos e estratégias empregados na aula

O dinamismo com que a professora se apresentou ao longo dos dez encontros observados, a enorme quantidade de referências de material para estudo extraclasse, a preocupação em incentivar a leitura, o debate sobre temas jurídicos polêmicos, a interdisciplinaridade constantemente presente nos temas escolhidos para as aulas, e a necessidade de se discutir a atuação do profissional graduado em Direito ante às rápidas transformações sociais marcaram a prática docente da professora.

Para tanto, a pesquisadora optou por elucidar os aspectos que julgou relevante em cada encontro observado para levar ao leitor deste trabalho um pouco da riqueza da observação em campo realizada para o desenvolvimento desta pesquisa.

A observação em campo iniciou-se logo no início do semestre letivo de 2017, em uma turma do período matutino, na disciplina de Sociologia do Direito, que aqui será chamada de turma 1. A professora já havia disponibilizado aos alunos, na plataforma virtual da faculdade, *moodle*, o texto referência para aquela aula, cujo tema era: Alteridade como elemento chave.

Aquele primeiro encontro caracterizou-se por ser uma aula expositiva, com a utilização de *slides* bem claros e objetivos, trazendo apenas palavras-chaves e expressões para provocar a discussão. A professora falou sobre tolerância e respeito para justificar a imparcialidade que se deve ter na aplicação do Direito; superação de preconceitos; colocar-se no lugar do outro. Relacionou esta última questão ao chamado *juridiquês*, tão presente no âmbito jurídico que associa o falar difícil com o poder. A superação deste modelo, para ela, está relacionada ao acesso ao Judiciário; defendeu a democratização social da linguagem jurídica, eis que falar bem é falar de forma simples

e se fazer entendido. E, para fechar a aula, apresentou aos alunos um vídeo chamado Literatura, Direito e Arte, relacionando à clássica obra de Franz Kafka – O processo.

O segundo encontro ocorreu também no turno matutino, na disciplina de Sociologia do Direito, cuja turma será chamada de turma 2. A temática e estratégias da aula foram as mesmas apresentadas na turma 1, o que possibilitou à pesquisadora atentar-se para outros elementos, como o fato de que o tempo todo a professora manteve-se em pé. Apenas quando fora expor vídeo no *Youtube*, sobre uma campanha publicitária a qual relacionou com o tema alteridade, que estava sendo tratado na aula, é que a professora sentou.

Além disso, ressaltou-se que mesmo sendo turmas numerosas, com apenas uma fileira no meio da sala, enquanto dava a aula a professora procurava caminhar por aquele corredor, pela frente da sala, e em certa vez, em tom de bom humor, disse que preferia agir daquela forma do que ficar dando a aula de cima do púlpito, eis que aquela arquitetura estava ligada à antiga ideia de relação de poder do professor perante o aluno.

Note-se que tal ação da professora nas turmas que leciona pode ser considerada uma estratégia para manter a atenção dos alunos nos temas trabalhados, para aproximar-se dos alunos e despertar-lhes o interesse pelos temas jurídicos; objetivos que sem dúvida são alcançados já que ao término de todos os encontros observados foi possível perceber a proximidade dos alunos com a professora e a abertura que esta garante àqueles para esclarecer dúvidas, sugerir leituras, filmes, como aqui já relatado como sendo uma característica extremamente positiva da professora.

No terceiro encontro observado, na mesma turma citada anteriormente, turma 2, numa outra manhã, na mesma disciplina, a professora fez um exercício para aplicação com os alunos para, segundo ela, incentivar a leitura. Questionada pelos alunos se o referido exercício comporia a avaliação – o que por si só revela a preocupação maior dos alunos com a nota do que com a aprendizagem –, a professora disse que aquele material já ajudaria a estudar para a prova.

A professora pediu que os alunos se organizassem em grupos para fazerem o exercício e entregou-lhes uma folha com dois fragmentos de textos, quais sejam: Diante da Lei, conto de Franz Kafka, e Defensoria pública e igualdade material no acesso à justiça, de Amélia Soares da Rocha, que foram disponibilizados à pesquisadora e, diante da riqueza dos temas abordados, encontram-se no Anexo B. A proposta do exercício era para que cada grupo fizesse a leitura dos textos, discutisse e respondesse quatro perguntas sobre eles, as quais foram apresentadas em um slide e ditadas pela professora, cabendo a cada grupo entregar ao final da aula a folha de respostas à professora. No Anexo C é possível ter acesso às referidas perguntas.

O referido exercício para aplicação fora realizado também no quarto encontro observado, na turma 3, no período matutino, na disciplina de Sociologia do Direito.

No quinto encontro, na turma 4, do período matutino, na disciplina Estatuto da Criança e do Adolescente, a professora iniciou a aula retomando os conceitos de criança e adolescente e a evolução histórica da legislação. Em seguida, adentrou no tema do dia, qual seja: Interpretação construtiva dos direitos da criança e do adolescente – uma questão de princípios.

A aula foi expositiva, com temas polêmicos como a classificação indicativa de filmes e programas de televisão, questão que havia sido discutida recentemente pelo Superior Tribunal Federal, um dia após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, motivo pelo qual a professora adentrou em importante análise política sobre a atualidade e os reflexos nas decisões judiciais, notadamente nos direitos da criança e dos adolescentes.

A professora trouxe aos alunos um conceito que estes não conheciam: a pós verdade. Aliando aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, a professora analisou o tema e fez os alunos refletirem sobre acreditar nas crenças sobre os fatos e não nos fatos em si. A aula foi finalizada com reflexões sobre a interpretação das leis que justificaram tantas barbáries como o holocausto e a escravidão. Como dito pela professora aos alunos, tudo isso era legal.

Novamente na turma 3, no sexto encontro, a professora fez a devolutiva do exercício para aplicação. Os alunos puderam falar sobre as respostas dadas às questões e as temáticas envolvidas nos textos. A professora, por sua vez, utilizando a própria pesquisadora como exemplo, expôs aos alunos que o motivo pelo qual levantou aquela discussão foi o fato de que no Judiciário inúmeras portas serão fechadas aos hoje alunos, futuros advogados, juízes, promotores, delegados.

Os alunos relataram dificuldade na interpretação do texto de Kafka e a professora se dedicou a ajudá-los, tanto naquele encontro que estava sendo observado, quanto nos encontros anteriores, quando os alunos estavam organizados em grupos para fazer o exercício. Ao final da aula, a professora deixou uma reflexão aos alunos, após discutirem vários projetos de empoderamento elucidados nas respostas do exercício, no sentido de que essa é a única forma de superar as barreiras que eles irão encontrar na vida profissional.

No próximo encontro observado, sétimo encontro, na turma 2, a professora também fez a devolutiva do exercício para aplicação. Inicialmente, contudo, cuidou de apresentar à turma a nova aluna que iniciava na classe naquele dia, dando-lhe boas vindas e situando-a no conteúdo que estava sendo ensinado.

Assim como fez no sexto encontro, a professora indagou os alunos acerca de situações que tinham encontrado “portas fechadas” e como agiram. Fez analogias para explicar o sentido dos textos do exercício e indicou para leitura “O caso dos exploradores de cavernas”, para justificar os motivos pelos quais a lógica da argumentação do Direito é a lógica do “depende”, em que não existem respostas prontas.

No oitavo encontro, na turma 1, a professora iniciou o estudo do livro Manual de Sociologia Jurídica, de Ana Lucia Sabadell, uma das obras da bibliografia básica da disciplina. A aula foi expositiva, sem a utilização de slides, tendo a professora feito apontamentos na lousa sobre o tema abordado – Dialética de Platão e Direito, formas de interpretação dos fenômenos sociais, da lei e do processo. Foi observado que é necessária a leitura prévia do livro pelos alunos para o aproveitamento das aulas, eis que a professora não fez a leitura em sala.

No nono encontro, cuja turma será chamada de turma 5, no período noturno, na disciplina de Estatuto da Criança e Adolescente, com a mesma temática abordada no quinto encontro, na turma 4, a saber: princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, a pesquisadora foi surpreendida com uma turma extremamente participativa, em que a aula, embora expositiva, foi dinâmica, com debates fomentados pelos alunos a partir de duas decisões judiciais trazidas pela professora para serem discutidas em sala de aula.

Por fim, o décimo encontro observado consistiu num evento na faculdade, organizado pela professora juntamente com a coordenadora de pesquisa da instituição. O evento foi realizado em um sábado, pela manhã, com a presença dos alunos de várias turmas que a professora leciona, cujo tema foi o marco legal da primeira infância.

A professora coordenou a mesa de debates que contou com a participação da coordenadora de pesquisa da faculdade, da professora de Psicologia Jurídica do curso de Direito, de uma aluna do grupo de estudo da professora sobre Direitos da Criança e do Adolescente, e de representante do Instituto Alana, uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que aposta em programas que buscam a garantia de condições para a vivência plena da infância.

O evento aliou os temas discutidos nas aulas da professora com a nova Lei sobre políticas públicas para a primeira infância – Lei 13.257, de 08/03/2016. Foi exibido no evento um trecho do filme criado pelo próprio Instituto Alana, chamado “O começo da vida”.

4.3 A relação professor-aluno

Como já dito no início deste capítulo, a professora cuidou de apresentar a pesquisadora de uma maneira a aproximá-la do grupo observado. No decorrer dos encontros, a professora, inclusive, citou a trajetória da pesquisadora para exemplificar algumas das características da atuação profissional do graduado em Direito, o que deu à pesquisadora liberdade para participar de algumas discussões em sala, contribuindo com os questionamentos feitos pelos próprios alunos.

Esse comportamento da professora, de aproximar os alunos do tema da aula, da carreira que vão vivenciar, dos temas jurídicos polêmicos, do comportamento da sociedade de maneira quase que instantânea, pois citou nos encontros diversas decisões judiciais recentes, questões do cenário político, dos estudiosos contemporâneos, aliado à ementa das disciplinas que leciona, porém de forma extremamente atualizada, confirma a razão pela qual a sua prática docente fora escolhida como objeto de estudo desta pesquisa.

A professora insere em suas aulas temáticas extremamente relevantes para o convívio humano como tolerância, respeito, superação de preconceitos, alteridade, acesso ao Judiciário e empoderamento da sociedade; fundamentais para a atuação profissional dos alunos da graduação em Direito.

Referência de boas práticas, de demonstração de afeto para com os alunos, de ética quanto à postura profissional e o compromisso com a formação dos mesmos, a observação da prática docente da professora entusiasma aqueles que, como a pesquisadora, se preparam para lecionar no ensino superior, eis que é notório o seu compromisso com a profissão docente, o seu respeito para com os alunos, suas inquietações e anseios, o cuidado em chamar a atenção dos jovens alunos para os complexos problemas e transformações sociais que a sociedade está vivendo e que terão que ser enfrentadas pelo Judiciário, ou seja, por aqueles que hoje são os seus alunos.

Embora os alunos, durante os encontros, tenham apresentado poucas contribuições e dúvidas, mesmo sendo motivados pela professora para que isso acontecesse, ao final das aulas a pesquisadora observou que eles se aglomeravam ao redor da mesa da professora para contar as suas experiências, o que pretendiam pesquisar, e expor as suas dúvidas sobre o tema abordado em aula, por exemplo.

A professora, então, permanecia atenciosamente atendendo os alunos, sugerindo filmes, leituras, projetos sociais, eventos, temas de pesquisa; sempre se dispondo a responder os alunos por *e-mail* e também pelo *whatsApp*, caso eles tivessem mais questionamentos a fazer.

Notou-se ao longo dos encontros observados que poucas foram as intervenções da professora para chamar a atenção de alguns alunos em relação a conversa paralela. Isso porque, nas próprias turmas os alunos chamaram a atenção daqueles colegas que estavam atrapalhando a atenção em sala. Notou-se, ainda, que muitos alunos ficam atentos ao *smartphone* durante as aulas, sendo que a pesquisadora pode notar que muitas das vezes os alunos estavam pesquisando justamente temáticas abordadas nas aulas e o texto legal discutido.

A pesquisadora observou, ainda, que algumas turmas mostraram-se mais atentas e participativas que outras, mesmo sendo apresentado o mesmo conteúdo em sala de aula. Quanto às turmas do turno noturno verificou-se que a presença em sala é tão numerosa quanto as turmas do período matutino, assim como a participação em sala, a procura pela professora ao final da aula, como já relatado, por exemplo, diferenciando-se, no entanto, pela presença de mais alunos trabalhadores, principalmente que estagiam em escritórios de advocacia ao longo do dia, o que provavelmente ocorre porque as turmas observadas no noturno estão na sexta etapa do curso, enquanto as da manhã estão na segunda etapa.

A professora se destacou por levar aos alunos, com frequência, informações sobre palestras e eventos ligados ao curso, motivando os alunos a participarem, sendo que em um dos encontros, a pedido dos alunos, permitiu que alguns deles se retirassem pouco antes do término da aula para participarem de uma palestra sobre o tema Arbitragem – método alternativo de solução de conflito para evitar a passagem pelo Poder Judiciário – que aconteceria na própria instituição, deixando claro que não iria atribuir falta na aula por este motivo.

4.4 Para além das observações

O estudo de cunho etnográfico realizado possibilitou à pesquisadora vivenciar a proximidade que a professora mantém com os seus alunos, o comprometimento com o seu papel enquanto responsável por colaborar para o desenvolvimento crítico e reflexivo

dos alunos, bem como a abertura que manifesta com relação à inserção de temáticas extremamente atuais em suas aulas, a fim de acompanhar as mudanças sociais e promover a reflexão crítica.

Assim, considerando que as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Direito, instituídas pela Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES n.º9, de 29 de setembro de 2004), mencionam expressamente a necessidade de se garantir ao estudante uma formação geral, humanística e axiológica capaz de levar à interpretação dos fenômenos jurídicos e sociais, por exemplo, mediante uma postura reflexiva e de visão crítica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania, pode-se dizer que a professora é uma profissional reflexiva, crítica e competente; características necessárias à atuação pedagógica do professor na docência universitária enquanto intelectual da educação.

Na docência, enquanto prestador de um serviço à sociedade mediante sua profissão, o professor universitário precisa atuar como profissional reflexivo, crítico e competente no âmbito de sua disciplina, além de capacitado a exercer a docência e realizar atividades de investigação. (PIMENTA, 2014, p. 165)

Outra singularidade observada na prática docente da professora é a constante relação entre ensino, pesquisa e extensão fomentada pelo incentivo à leitura, à participação em eventos de pesquisa da Universidade, palestras, estudos de casos práticos; elementos estes também constantes nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Direito que, dentre os objetivos mais gerais que devem constar nos Projetos Políticos Pedagógicos, exige que se realize a interdisciplinaridade; a integração de graduação e pós-graduação; e o incentivo à pesquisa e à extensão como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica.

A maneira como a professora organiza as aulas, a dinamicidade que traz através do uso de recursos como exposição de documentários, propagandas publicitárias, trechos de filmes, exercícios com clássicos da literatura, indicação de leituras, os temas atuais que insere no contexto dos conteúdos ensinados, como ela mesma relatou na

entrevista à pesquisadora (informação verbal)⁹, evidenciam a preocupação com o desenvolvimento dos alunos, bem como as intencionalidades que estão presentes na sua prática.

Isso porque percebe as deficiências dos alunos, como o desinteresse pela leitura, a busca por informações mais imediatas na *internet* e a desatenção ante ao fácil acesso às redes sociais durante a aula, e procura desenvolvê-las (informação verbal)¹⁰. Da mesma forma, preocupa-se com as transformações da sociedade e busca levar aos alunos elementos que os ajudem na interpretação dos fenômenos sociais, face às mais diversas formas de relacionamento humano, como o fez na inserção dos alunos em evento de pesquisa sobre o marco legal da primeira infância; legislação extremamente atual, cujos reflexos na vida das famílias brasileiras são indiscutíveis e que exigirá a atuação crítica e reflexiva dos profissionais do Direito.

A maneira como a professora avalia os seus alunos também se mostrou singular, extremamente positiva e enriquecedora do ponto de vista dos objetivos formativos do curso de graduação em Direito. Para ela, o aluno deve ser avaliado a partir do desenvolvimento da crítica e da reflexão que ele conseguiu fazer sobre o que foi estudado (informação verbal)¹¹, revelando, assim, que a avaliação feita pela professora comunga com a forma com que a professora realiza o ensino em sala de aula.

⁹ Relato da professora em entrevista feita pela pesquisadora. Na busca de estratégias para que o aluno se interesse pelo referencial teórico, pelo aprofundamento dos conteúdos abordados em aula, a professora tem percebido que a utilização de ferramentas diversas como documentários e filmes ajudam a suprir a carência de leitura sobre o tema. Muitas vezes quando são indagados pela professora, os alunos respondem que não leram o livro, o texto base para a aula, mas que viram o documentário que a professora indicou.

¹⁰ Relato da professora em entrevista feita pela pesquisadora. O maior desafio para os professores atualmente é lidar com o mundo das redes sociais que está dentro da sala de aula, tirando a atenção dos alunos. Proibir o uso de plataformas como o *WhatsApp*, *Facebook*, não é o caminho. Tornar as aulas mais dinâmicas, utilizando ferramentas como documentários, filmes, campanhas publicitárias, fazer debates e leitura em sala de aula, por exemplo, são algumas alternativas.

¹¹ Relato da professora em entrevista feita pela pesquisadora. O professor deve pensar no aluno de uma maneira mais integral, numa avaliação continuada. Deve entrar em sala de aula, sentir o tempo, o conteúdo, o perfil da turma e trabalhar com múltiplas avaliações, não utilizando somente prova individual escrita, ou prova individual discursiva, por exemplo, pois alguns alunos têm facilidade para testes e outros para a oratória. Isso faz parte de uma avaliação que tem um viés bem acadêmico, didático, de preparação para o futuro, de aprimoramento, de criatividade. O importante é tentar detectar, dentro da maturidade do

A escolha pelas temáticas abordadas em sala de aula, os exercícios e discussões propostas, a forma de se relacionar com os alunos, os recursos usados para expor os conteúdos, a aproximação do Direito a temas atuais e presente na vida dos alunos, são alguns dos referenciais que associam a prática pedagógica da professora ao conceito de aula inovadora.

O caráter inovador da aula centra-se na construção de uma outra relação pedagógica entre professor e alunos. Uma relação pedagógica, no cotidiano da aula, é construída da ótica da heterogeneidade, que desvela as diferenças sociais, os conflitos e as contradições. É, portanto, uma relação fundada na diversidade e na construção de identidade. (VEIGA, 2001, p. 148)

A pluralidade metodológica e a transgressão de posturas e métodos arraigados na vida acadêmica, por exemplo, são elementos que contribuem para a consecução de uma aula inovadora em que a autonomia do professor bem como a sua criticidade e reflexão contribuirão para o desenvolvimento dos alunos, como observado na prática pedagógica da professora, objeto desta pesquisa.

Durante a coleta de dados verificou-se que ainda predomina a aula expositiva na prática da professora, porém ela é construída em parceria com o aluno, pautada por um olhar atento a ele e a seu processo de aprendizagem; aí reside a inovação. Inovar, portanto, não significa incluir recursos áudio-visuais na aula, ou apenas mudar a técnica de ensino; a inovação está na relação pedagógica, na concepção que fundamenta o trabalho pedagógico, e não na dimensão técnica apenas.

As metodologias e estratégias de ensino utilizadas pela professora em sala de aula remetem à dimensão ética da profissão que contemplam um propósito maior, não somente na relação professor-aluno, mas também na função essencial da universidade.

É preciso pensar se a universidade tem estado atenta aos seus princípios originários, se tem feito o movimento na direção da autonomia e do rompimento com a fragmentação, se não tem deixado de lado o que é nuclear em sua função, que, no dizer de Belloni, [...] é apenas uma: gerar saber. Um saber comprometido com a verdade, porque ela é a base de

aluno, qual a reflexão e a crítica, mais do que tudo. O que foi decorado do livro não tem importância, mas sim saber se o aluno conseguiu manejar aquela teoria num caso prático, dissertando com as próprias palavras.

construção do conhecimento. Um saber comprometido com a justiça porque ela é a base das relações entre os humanos. Um saber comprometido com a beleza porque ela possibilita a expressão da emoção e do prazer, sem o que a racionalidade reduz o homem a apenas uma de suas possibilidades. Um saber comprometido com a igualdade porque ela é a base da estrutura social e inerente à condição humana. (RIOS, 2009, p. 13)

Pensar a função da universidade no cenário atual exige, ainda, considerar que nas salas de aula os alunos possuem fácil acesso às redes sociais e a imensa variedade de conteúdo disponível na *internet*, o que exige dos professores cada vez mais a aproximação com os alunos, o colocar-se no lugar dos alunos entendendo o meio em que as relações entre eles se desenvolvem, a fim de despertá-los para o ensino, para a Educação, para os caminhos da emancipação enquanto cidadãos. A afetividade, neste sentido, foi elencada pela professora como o elemento chave para que os professores consigam se aproximar dos alunos despertando-os o interesse pelo ensino das disciplinas, para a importância da Educação (informação verbal)¹².

As estratégias utilizadas pela professora ao longo da observação e nos relatos da entrevista evidenciaram a sua preocupação com a formação integral dos alunos, o compromisso em possibilitar a eles uma adequada interpretação dos fenômenos sociais enquanto pensadores do Direito, integrando-os ao ensino, pesquisa e extensão, dentro do espaço da Universidade, e fomentando, ainda que indiretamente, a interdisciplinaridade, o que é fundamental ao desenvolvimento dos alunos. Essas características da prática pedagógica da professora, desenvolvidas a partir do cotidiano na sala de aula, das suas experiências enquanto docente, das transformações do perfil dos alunos, encontram-se no caminho do desenvolvimento de possibilidades inovadoras pelos próprios professores (CUNHA, 2008, p. 28).

¹² Relato da professora em entrevista feita pela pesquisadora. O aspecto marcante na relação professor-aluno é a afetividade, a humanização dessa relação. Se os professores se tornarem cada vez mais tecnicistas, mais robotizados, mais distantes dos alunos eles ficarão; surgirá um abismo. Para a professora, é necessário mostrar aos alunos a importância da Educação, do conhecimento, como estes elementos fazem as pessoas voarem alto. O maior patrimônio que um professor pode deixar aos alunos, que um pai pode deixar aos seus filhos, é a Educação. Esta deve ser um processo de sedução para o bem, e, sem dúvida, é o maior conselho que pode ser dado aos professores que estão iniciando na docência universitária.

Silva (2011), no entanto, alerta para os inúmeros desafios a serem transpostos pelos professores para a constituição de práticas inovadoras no âmbito da universidade e da sala de aula no Brasil.

Os desafios a serem transpostos...

Distanciamento do que é proposto no plano de ensino em relação às orientações provenientes das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos.

Incoerência entre os elementos constitutivos do plano de ensino – objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação –, que impede a articulação entre eles e dificulta a visão global do processo de ensino na dimensão do proposto.

Ausência nos planos de ensino de bibliografias resultantes de pesquisas: monografias, dissertações e teses, fato incomum, sendo a universidade um espaço privilegiado de produção de conhecimento por meio de pesquisa.

Ausência de formação pedagógica dos professores, inviabilizando a articulação na docência da dimensão epistemológica e da dimensão pedagógica.

Solidão profissional gerando o trabalho individualizado e inibindo a constituição de culturas inovadoras compartilhadas que contribuem para revitalizar o ensino e a aprendizagem na universidade.

Intensificação do trabalho docente, reforçada pela sistemática de avaliação externa, exigindo que o docente universitário faça opções no exercício da função docente, negligenciando algumas funções da universidade, como o ensino e a extensão.

Ausência de um projeto político-pedagógico construído coletivamente, impedindo a orientação das atividades didáticas de professores e estudantes e os processos inovadores na universidade, e podendo gerar movimentos “solitários” em seu interior”. (SILVA, 2011, p. 209)

A ausência de formação pedagógica é um desafio enfrentado pela professora. Ela revelou (informação verbal) nunca ter feito um curso específico que abordasse disciplinas da Pedagogia, que no mestrado e no doutorado também não teve nenhuma disciplina neste aspecto, que o seu contato com a Pedagogia se iniciou em cursos de capacitação oferecidos por uma universidade em que trabalhou e que continua em formação através de cursos oferecidos pela universidade em que trabalha atualmente.

Para a formação do docente, portanto, é de fundamental importância que as instituições de ensino superior ofereçam e incentivem a participação dos seus professores em cursos sobre a pedagogia universitária a fim de que práticas inovadoras

como a da professora aqui estudada sejam uma constante no Brasil, estando os professores preparados e capacitados para enfrentarem os desafios em conjunto com a universidade a partir do desenvolvimento de uma prática que seja pedagógica, que reflita a teoria¹³ e a prática sob a perspectiva da educação que humaniza e liberta.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996), estabeleça que a formação dos professores do ensino superior seja feita por meio dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o exemplo da professora é emblemático no sentido de que este objetivo da lei não está sendo alcançado em muitos dos casos. Disciplinas relacionadas à pedagogia universitária devem ser inseridas nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, obrigatoriamente, para que os professores sejam capazes de desenvolver uma prática que seja pedagógica, crítica e reflexiva.

¹³ “O papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de análise para compreenderem os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os. Daí, é fundamental o permanente exercício da crítica das condições materiais nas quais o ensino ocorre e de como nessas mesmas condições são produzidos os fatores de negação da aprendizagem”. (PIMENTA, 2002, p. 26)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos encontros observados e dos relatos colhidos na entrevista foi possível vislumbrar, em primeiro lugar, que a prática docente da professora é pedagógica e que as estratégias utilizadas em sala de aula se colocam como possibilidades inovadoras a serem utilizadas pelos professores a fim de romperem com o caráter tradicional da aula no curso de graduação em Direito.

Embora a organização espacial das salas de aula em que a professora leciona, o curto espaço de tempo de aula e a carga de teoria presente na ementa das disciplinas, por exemplo, pudessem contribuir para a repetição do modelo de aula tradicional, em que o aluno recebe os conhecimentos transmitidos pelos professores sem a intervenção crítica destes com vistas a formá-lo para o futuro, bem como os inúmeros desafios a serem transpostos pelos professores para a constituição de práticas inovadoras no âmbito da universidade e da sala de aula no Brasil, verificou-se que a professora tenta – e consegue – romper esse modelo.

A inserção do debate de decisões judiciais proferidas quase que instantaneamente ao desenvolvimento das aulas, revela que a professora se mantém atualizada ao conteúdo que leciona e, mais importante, preocupa-se em inserir os alunos na discussão sobre esses assuntos, ao invés de aguardar inerte que os professores de outras disciplinas, nas etapas posteriores, os apresentem aos debates judiciais que ocorreram.

O esforço em incentivar a leitura indicando, em todos os encontros observados, conteúdo extra à bibliografia básica e complementar da ementa das disciplinas para que os alunos despertem o interesse pelos conteúdos estudados, também indicam que a professora se atenta para a realidade que está presente nas salas de aula. Preocupa-se, ainda, em incentivar a leitura dentro da própria sala de aula por meio da aplicação de exercícios para que os alunos reflitam sobre o tema estudado e com base nos conhecimentos construídos, expressem as suas considerações, as suas impressões, sem medo de errarem, de não darem a resposta que a professora espera, haja vista que, como bem salientado pela professora nos encontros observados, não existem soluções

e respostas exatas que possam solucionar as questões jurídicas e o que importa para ela, enquanto avaliadora dos alunos, é identificar que estes dominam a aplicação da teoria quando analisam um caso prático.

A integração entre ensino, pesquisa e extensão tão presente na prática pedagógica da professora é mais um elemento que a coloca como referência de práticas inovadoras, eis que além da teoria de suas disciplinas, preocupa-se em incentivar os alunos a participarem de palestras e eventos para enriquecerem os conhecimentos, sendo que, inclusive, organiza eventos na universidade para que os seus alunos possam participar. Sem contar que os incentiva a iniciar na pesquisa científica sugerindo temas de pesquisa e até mesmo ajudando individualmente os alunos que a procuram por saberem de seu entusiasmo e engajamento com a pesquisa na instituição.

A inserção de documentários, campanhas publicitárias, filmes, e vídeos nas aulas, como foi observado nos encontros, relacionando-os com os conteúdos ensinados, tecendo analogias, fomentando discussões e reflexões também pode ser elencado como uma possibilidade inovadora adotada pela professora, na medida em que ela justifica a inserção desses recursos nas aulas por perceber que muitos dos alunos, embora sendo incentivados para tanto, não têm o hábito da leitura, o que é essencial ao aprendizado, ou seja, há intencionalidade no uso de recursos áudio-visuais decorrente da reflexão sobre a sua própria prática.

A professora costuma, ao final de cada aula, deixar uma reflexão aos alunos, seja por meio de um tema interessante para o mundo contemporâneo, para o Direito, uma decisão judicial polêmica, fatos históricos, por exemplo, o que revela o intuito de despertar os alunos para a complexidade dos fenômenos jurídicos e sociais que irão enfrentar na atuação profissional.

A preocupação em aproximar-se dos alunos despertando-os para o ensino, para a Educação, para o debate dos fenômenos sociais que, por consequência, são também jurídicos, relatados pela professora, marcam a sua prática pedagógica no sentido do compromisso ético que têm perante os alunos. Esse compromisso é traduzido pela afetividade que a professora elenca como sendo fundamental à prática docente no

cenário de transformação da universidade em que o mundo das redes sociais, da enorme gama de conteúdos disponíveis na *internet* de fontes não confiáveis, adentraram à sala de aula e, portanto, não podem ser desconsiderados pelos professores.

A partir da análise dos dados coletados e do estudo do referencial sobre pedagogia universitária utilizado pela pesquisadora para o desenvolvimento desta investigação, pode-se dizer que a inovação na prática pedagógica é uma realidade possível no ensino superior, notadamente no curso de Direito, rompendo, assim, com o caráter da aula tradicional e com o modelo de educação bancária.

Neste processo, cabe às universidades oferecerem aos professores do ensino superior cursos sobre pedagogia universitária a fim de contribuir para o desenvolvimento de práticas que sejam pedagógicas, críticas e reflexivas e aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a inserção de disciplinas pedagógicas que contribuam para a formação do professor que atuará no ensino superior.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1998.
- ALMEIDA, Maria Isabel de. *Formação do professor do Ensino Superior: desafios e políticas institucionais*. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.
- ANDRÉ, Marli Eliza Delmazo Afonso de. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. 3ª edição. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. *Pedagogia como ciência da educação*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.
- FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. *Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, 2016. v. 97, n. 247. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/288236353>>. Acesso em 08/11/2017.
- FREIRE, Paulo. *Papel da educação na humanização*. Revista da FAEEBA, Salvador, 1997. n. 7.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

MANCEBO, Deise. Diversificação do ensino superior no Brasil e qualidade acadêmico-crítica. In: OLIVEIRA, João Ferreira de. CATANI, Afrânio Mendes. SILVA, João dos Reis Júnior (Orgs.) *Educação superior no Brasil: em tempos de internacionalização*. São Paulo: Xamã, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. *Docência no Ensino Superior*. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2014.

PIMENTA, Selma Garrido. GUEDIN, Evandro. (Orgs.) *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2002.

RIOS, Teresinha. Ética na docência universitária: a caminho de uma universidade pedagógica? In: *Cadernos de Pedagogia Universitária*. USP: Pró-Reitoria de Graduação, 2009.

RIOS, Terezinha Azerêdo. A dimensão ética da aula ou o que nós fazemos com eles. In: PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Orgs.) *Reforma universitária e a construção do espaço europeu de educação superior: análise de uma década do processo de Bolonha*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

ROSSATO, Ricardo. A universidade brasileira face ao processo de Bolonha. In: CASTANHO, Sérgio. CASTANHO, Maria Eugenia. (Orgs.) *Temas e textos em metodologia do ensino superior*. Campinas: Papyrus, 2001.

SAVIANI, Dermeval. *Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual*. Revista Educação e Sociedade, Campinas, 2013. v. 34, n. 124. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 05/11/2017.

SILVA, Edileuza Fernandes da. *Nove aulas inovadoras na universidade*. Campinas: Papyrus, 2011.

TRIVINOS, Augusto. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. O cotidiano da aula universitária e as dimensões do projeto político-pedagógico. In: CASTANHO, Sérgio. CASTANHO, Maria Eugenia. (Orgs.) *Temas e textos em metodologia do ensino superior*. Campinas: Papirus, 2001.

VIANNA, Heraldo Marelim. *Pesquisa em educação: A observação*. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

ZAGO, Jacqueline Oliveira Lima. *Expansão de vagas na educação superior no Brasil: uma política de Estado, de governo ou de mercado?* Práxis Educativa, Ponta Grossa, 2014. v. 9, n. 1. Disponível em: <<http://www.revistas2uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em 05/11/2017.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de observação.

Durante a inserção em sala de aula, foram observados os seguintes elementos:



1. Organização espacial da sala;
2. Quantidade de alunos;
3. Tempo de duração da aula;
4. Ação da professora;
5. Ação dos alunos na aula;
6. Estruturação da aula;
7. Tema da aula; e
8. Recursos e estratégias didáticas empregados na aula.

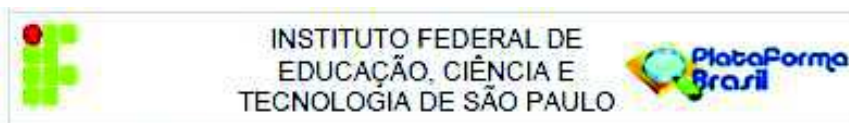
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista.

1. Qual é o seu papel enquanto professora de um curso de graduação em Direito?
2. Na relação professor-aluno que se desenvolve em suas aulas é possível identificar aspectos que lhe são marcantes?
3. Quais elementos são relevantes na preparação e consecução de suas aulas?
4. Quais são os desafios enfrentados em sala de aula?

ANEXOS

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa autorizando a realização da presente pesquisa.

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: A prática docente de uma professora do curso de graduação em Direito à luz da função social do ensino.		
Pesquisador: LETICIA BRAGA MACHADO		
Área Temática:		
Versão: 1		
CAAE: 60966316.3.0000.5473		
Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SAO PAULO		
Patrocinador Principal: Financiamento Proprio		
DADOS DO PARECER		
Numero do Parecer: 1.804.256		
Apresentação do Projeto:		
A pesquisadora pretende observar a relação professor-aluno em sala de aula e a relação com o saber, bem como analisar a prática docente de uma professora do curso de Direito à luz dos objetivos formativos estabelecidos para o curso em questão e do referencial teórico.		
Objetivo da Pesquisa:		
A pesquisadora pretende analisar a prática pedagógica de uma professora do curso de graduação em Direito, identificando elementos que pode ser considerado como inovador no sentido de se romper com o modelo de educação tradicional no Ensino Superior.		
Avaliação dos Riscos e Benefícios:		
Não apresenta riscos ao participante da pesquisa. Como benefícios a pesquisadora aponta que haverá elementos para as discussões futuras acerca das metodologias aplicadas em sala de aula nos cursos de Direito, bem como incentivar constante reflexão da Instituição de ensino e do professor acerca de sua prática.		
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:		
Para a realização da pesquisa será utilizada a abordagem qualitativa para possibilitar uma análise interpretativa baseada em dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a		
Endereço: Rua Pedro Vicente, 825 Bairro: Carandá CEP: 01.100-010 UF: SP Município: SAO PAULO Telefone: (11)3775-4665 Fax: (11)3775-4570 E-mail: cep_ifsp@ifsp.edu.br		



Continuação do Parecer: 1.804.256

situação estudada. A preocupação da pesquisadora será em enfatizar mais o processo do que o produto para retratar as suas perspectivas.

O cronograma prevê a análise em sala de aula para os meses de fevereiro e março de 2017. O questionário está anexado bem como o roteiro do que será analisado em sala de aula.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE está anexado, bem como autorização da escola onde será realizada a pesquisa.

Recomendações:

No TCLE o termo cópia deve ser substituído por via.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Retificar o TCLE conforme acima.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_802715.pdf	03/10/2016 16:09:04		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	03/10/2016 16:07:47	LETICIA BRAGA MACHADO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO.pdf	03/10/2016 16:06:57	LETICIA BRAGA MACHADO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	03/10/2016 16:05:43	LETICIA BRAGA MACHADO	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	03/10/2016 16:04:32	LETICIA BRAGA MACHADO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Pedro Vicente, 805
 Bairro: Canindá CEP: 01.109-010
 UF: SP Município: SÃO PAULO
 Telefone: (11)3775-4866 Fax: (11)3775-4570 E-mail: cep@ifsp@ifpe.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SÃO PAULO



Continuação do Protocolo: 1.824/2016

SÃO PAULO, 03 de Novembro de 2016

Assinado por:
Vera Lucia Saikovitch
(Coordenador)

Endereço: Rua Pedro Vicente, 825
Bairro: Carandá CEP: 01.100-010
UF: SP Município: SÃO PAULO
Telefone: (11)3775-4665 Fax: (11)3775-4570 E-mail: cep_fsp@ifsp.edu.br

Página 02 de 02

ANEXO B – Exercício para aplicação: fragmentos dos textos para leitura.

EXERCÍCIO PARA APLICAÇÃO

TEXTO 1

DIANTE DA LEI, conto de Franz Kafka (1883-1924)

Franz Kafka, nascido na antiga Tchecoslováquia, é um dos principais escritores em língua alemã do século XX.

Diante da lei está um porteiro. Um homem do campo chega a esse porteiro e pede para entrar na lei. Mas o porteiro diz que agora não pode permitir-lhe a entrada. O homem do campo reflete e depois pergunta se então não pode entrar mais tarde.

-É possível - diz o porteiro - mas agora não.

Uma vez que a porta da lei continua como sempre aberta e o porteiro se põe de lado, o homem se inclina para olhar o interior através da porta. Quando nota isso, o porteiro ri e diz:

-Se o atraí tanto, tente entrar apesar da minha proibição. Mas veja bem: eu sou poderoso. E sou apenas o último dos porteiros. De sala para sala porém existem porteiros cada um mais poderoso que o outro. Nem mesmo eu posso suportar a simples visão do terceiro.

O homem do campo não esperava tais dificuldades: a lei deve ser acessível a todos e a qualquer hora, pensa ele; agora, no entanto, ao examinar mais de perto o porteiro, com o seu casaco de pele, o grande nariz pontudo, a longa barba tártara, rala e preta, ele decide que é melhor aguardar até receber a permissão de entrada. O porteiro lhe dá um banquinho e deixa-o sentar-se ao lado da porta.

Ali fica sentado dias e anos. Ele faz muitas tentativas para ser admitido e cansa o porteiro com os seus pedidos. Às vezes o porteiro submete o homem a pequenos interrogatórios, pergunta-lhe a respeito da sua terra natal e de muitas outras coisas, mas são perguntas indiferentes, como as que os grandes senhores fazem, e para concluir repete-lhe sempre que ainda não pode deixá-lo entrar.

O homem, que havia se equipado com muitos objetos para a viagem, emprega tudo, por mais valioso que seja, para subornar o porteiro. Com efeito, este aceita tudo, mas já não sempre dizendo: -Eu só aceito para você não julgar que deixou de fazer alguma coisa.

Durante todos esses anos, o homem observa o porteiro quase sem interrupção. Esquece os outros porteiros e este primeiro parece-lhe o único obstáculo para a entrada na lei. Nos primeiros anos, amaldiçoa-o em voz alta e lamenta pelo acaso infeliz; mais tarde, quando envelhece, apenas resmungo consigo mesmo. Torna-se infantil e uma vez que, por estudar o porteiro anos a fio, ficou conhecendo até as pulgas da sua gola de pele, pede a estas que o ajudem a fazê-lo mudar de opinião. Finalmente sua vista enfraquece e ele não sabe se de fato está ficando mais escuro em torno ou se apenas os olhos o enganam. Não obstante reconhece agora no escuro um brilho que irrompe inextinguível da porta da lei. Mas já não tem mais muito tempo de vida. Antes de morrer, todas as experiências daquele tempo convergem na sua cabeça para uma pergunta que até então não havia feito ao porteiro. Faz-lhe um aceno para que se aproxime, pois não pode mais endireitar o corpo enrijecido. O porteiro precisa curvar-se profundamente até ele, já que a diferença de altura mudou muito em detrimento do homem:

-O que é que você ainda quer saber? pergunta o porteiro. Você é insaciável. -Todos aspiram à lei - diz o homem. Como se explica que em tantos anos ninguém além de mim pediu para entrar?

O porteiro percebe que o homem já está no fim e para ainda alcançar sua audição em declínio ele berra:

-Aqui ninguém mais podia ser admitido, pois esta entrada estava destinada só a você. Agora eu vou embora e fecho-a.

TEXTO 2

Amélia Soares da Rocha. Defensoria pública e igualdade material no acesso à justiça. Internet: <www.adital.com.br>

O direito que se realiza pacificamente é o ideal —praticamente inatingível— de uma sociedade que se queira justa. Justiça, a seu turno, exige efetivação de direitos humanos, configuração da verdadeira cidadania, a qual abrange, obrigatoriamente, direitos civis, sociais e políticos; adoção de políticas públicas amplas e eficazes. Justiça não é simplesmente acesso ao Poder Judiciário, o qual, por mais estruturado e eficiente que seja, não a promove sozinho.

Não se pode exercer, pacífica ou contenciosamente, um direito de que não se sabe titular. E a grande maioria da população brasileira não exerce seus direitos simplesmente porque os desconhece — o que é mais grave —, em uma ignorância hábil para provocar grande parte das mazelas sociais que lotam os jornais brasileiros contemporâneos. Dizimar tal ignorância é papel essencial da defensoria pública.

ANEXO C – Exercício para aplicação: questões para os alunos responderem.

- 1) A situação do camponês pode ser transportada para os dias atuais. Por quê?
- 2) A partir dos textos acima discuta e proponha em grupo como o Direito, a Comunicação e a Sociologia Jurídica poderiam interagir de forma a contribuir para a aproximação dos cidadãos ao exercício e acesso à justiça.
- 3) O ativismo nas redes sociais pode ser uma ferramenta de empoderamento da população? Por quê?
- 4) Cite projetos de empoderamento de direitos nas redes sociais ou fora dela.